

RELATÓRIO DE AUDITORIA

MANEJO FLORESTAL – PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E
INDICADORES PARA PLANTAÇÕES FLORESTAIS.
PADRÃO NORMATIVO: NBR 14.789: 2012 - CERFLOR

AUDITORIA DE CERTIFICAÇÃO

FRIGG FLORESTAL S.A.

ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO: “MANEJO FLORESTAL DE 18.978 ha
COM UMA ÁREA PLANTADA DE 13.309 ha DE PINUS E EUCALYPTO
NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – MS”.

Data da Auditoria: 01 a 04/08/2017

Auditor Líder: Luiz J. C. Quaglia

Bureau Veritas Certification

Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha 100, Torre C, 4o andar.

SÃO PAULO/SP



SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
RESUMO	4
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	6
1.1 Histórico da organização	6
1.2 Contatos na Organização para o processo de Certificação.....	6
1.3 Localização e Distribuição de Terras de Florestas Plantadas	7
1.4 Distribuição de Florestas Plantadas e Áreas Naturais.....	8
2. Manejo Florestal	8
2.1 Características Regionais.....	10
2.1.1. Biomas e Ecossistemas presentes	11
2.1.2. Geologia	11
2.1.3 Clima.....	11
2.1.4. Recursos Hídricos Disponíveis.....	11
2.1.5. Identificação de Vestígios Arqueológicos e Paleontológicos	12
2.1.6. Unidades de Conservação e Locais de Interesse Comunitário.....	13
2.1.7. Perfil e Condições Sócio-econômicas das Áreas adjacentes.....	13
2.2 Programas Sócio-ambientais e de Relacionamento.....	14
3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO	16
3.1 Norma ou Padrão Normativo utilizado para avaliação	16
3.2. Identificação do OCF – Organismo de Certificação.....	18
3.3. Responsável pelo OCF	19
3.4. Descrição do Processo de Auditoria.....	19
3.4.1 Definição da Equipe de Auditoria.....	21
3.4.2. Planejamento de Reuniões Públicas	21



3.4.3 Planejamento e Realização da Auditoria.....	22
3.5 Relatório Detalhado	23
3.5.1. Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal	23
3.5.2. Relatório Detalhado – Evidências da Equipe de Auditoria.....	27
3.5.3. Lista de pessoal auditado durante toda a auditoria:	49
3.6 Não Conformidades Registradas.....	50
3.7 Oportunidades de Melhoria e Observações Registradas.....	50
4. CONSULTAS PÚBLICAS.....	51
4.2. Reuniões Públicas.....	51
4.2.1. Planejamento, Objetivo e Realização de Reuniões Públicas.....	51
4.2.2. Entidades e pessoas contatadas	53
4.2.3. Relação dos Participantes nas Reuniões Públicas	53
4.2.4. Respostas aos Questionamentos de Partes Interessadas por parte da Empresa e parecer Bureau Veritas Certification.....	53
7. ANEXOS	54
7.1. ANEXO I: Carta Convite de Reunião Pública e Questionário enviado às partes interessadas;	54
7.2. ANEXO II: Pareceres de revisores técnicos.....	54
7.3. ANEXO III: Outros documentos pertinentes	54



RESUMO

O Bureau Veritas Certification (BVC) é um organismo de certificação reconhecido pela CGCRE, que atua como organismo acreditador e é atualmente responsável por executar os procedimentos de auditorias anuais na empresa Frigg Florestal. Essas auditorias são feitas para avaliar as atividades relacionadas ao à gestão florestal de acordo com os Princípios e Critérios do CERFLOR, NBR 14.789:2012.

A Frigg Florestal S.A é uma empresa criada em 2010 com o objetivo de adquirir, administrar e desenvolver florestas de potencial madeireiro. A unidade florestal da empresa está situada na fazenda Pantano (propriedade da Frigg), localizada no município de Ribas do Rio Pardo, MS. A atividade florestal exercida é o manejo (silvicultura e colheita) de florestas de Pinus e Eucalyptus para uso múltiplo. Os produtos comercializados são madeira em pé, lenha e madeira cortada. Foram auditados os processos de coordenação de Gestão de Certificações, requisitos legais e outros, o Plano de Manejo Florestal, os aspectos e impactos ambientais significativos, os registros de posse de terra e pagamentos de tributos, os requisitos legais dos trabalhadores próprios e terceirizados, segurança do trabalhador, os processos de silvicultura e colheita, os resultados do monitoramento ambiental na fauna, flora e nos recursos hídricos, os projetos sociais, realização de entrevistas com representantes da organização Reflore (MS) e da IMASUL, e realização de reunião pública no município de Ribas do Rio Pardo. O escopo da certificação compreende “MANEJO FLORESTAL DE 18.978 ha COM UMA ÁREA PLANTADA DE 13.309 ha DE PINUS E EUCALYPTO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – MS”.

As auditorias feitas pelos auditores do BVC durante os dias de 01 a 04 de agosto de 2017, basearam-se na adaptação do Padrão Normativo *NBR 14.789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais* conhecido como *CERFLOR*, elaborado pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A equipe de auditoria avaliou todos os requisitos do padrão e constatou que a empresa **Frigg Florestal** atende às exigências em suas unidades de gestão. De acordo com a amostragem realizada nas áreas cobertas pelo escopo da certificação Cerflor, não foi registrada nenhuma não conformidade.



Este relatório apresenta as observações dos auditores coletadas durante as avaliações de campo, bem como os resultados da consulta pública.



1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Histórico da organização

Identificação da Organização e das Unidades de Manejo Florestal objeto da Certificação

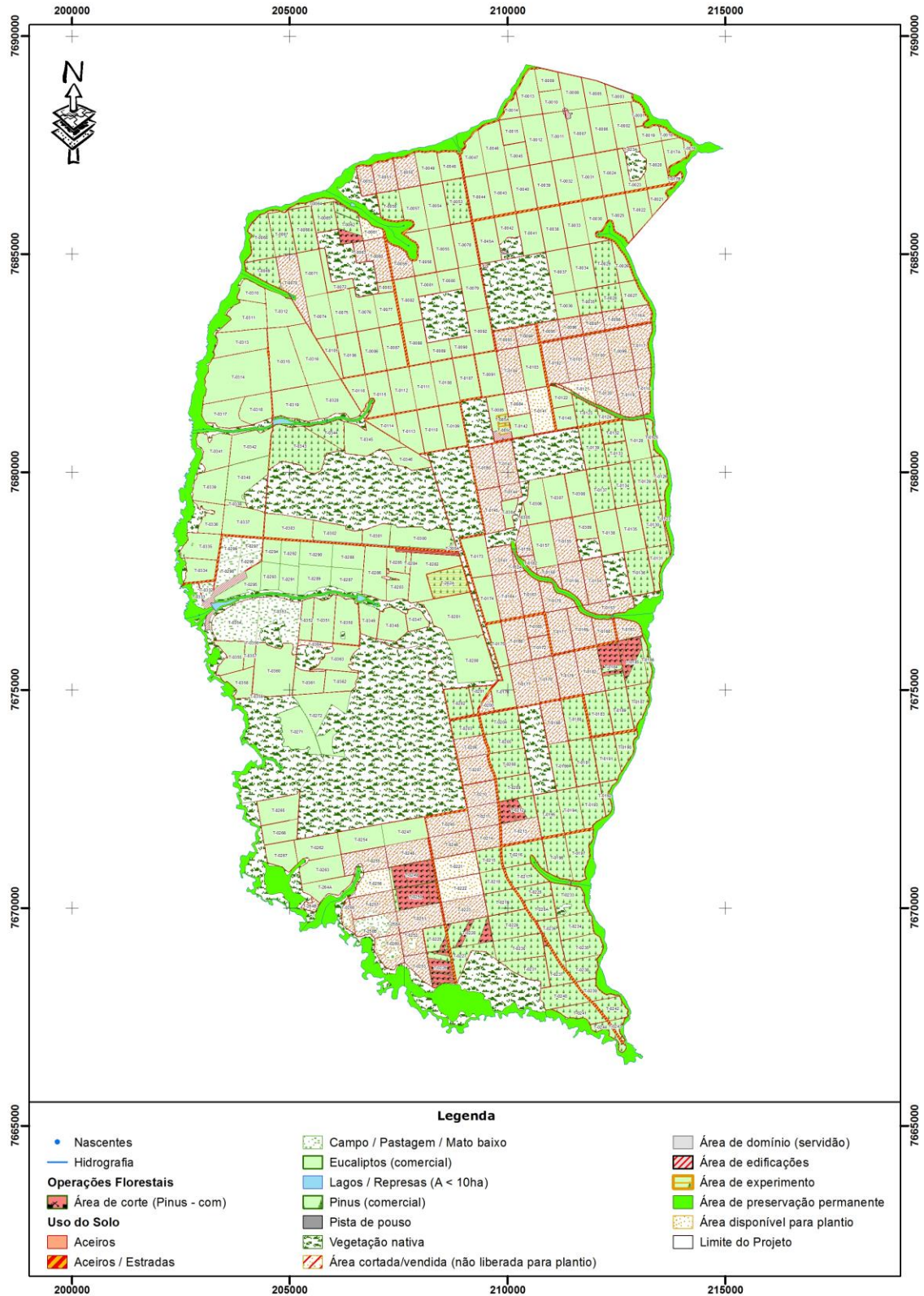
Em maio de 2012 a empresa Frigg Florestal S.A. iniciou o processo de certificação CERFLOR da Fazenda Pantano, localizada na estrada Municipal de Ribas do Rio Pardo, s/n, Zona rural, no município de Rio Pardo – MS.

A propriedade possui área de 18.997,9573 hectares, devidamente descrita e caracterizada na matrícula nº 16.221 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ribas do Rio Pardo - MS, inscrita no INCRA sob o nº 911.062.780.146-0 e Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) nº 03255631094 (“Fazenda Pantano”). A atividade florestal exercida é o manejo (silvicultura e colheita) de florestas de Pinus e Eucalyptus para uso múltiplo. Os produtos comercializados são madeira em pé, lenha e madeira cortada.

1.2 Contatos na Organização para o processo de Certificação

- Cristiane Madureira de Melo – Coordenadora de certificação.
- Endereço de contato: Rua Afonso Pena, 5723, sala 1601, Santa Fé – Campo Grande – MS - CEP 79031-010 - Tel. +55 67 3044-2400

1.3 Localização e Distribuição de Terras de Florestas Plantadas





1.4 Distribuição de Florestas Plantadas e Áreas Naturais

Área total auditada: 18.978 ha, nas quais:

- Área de manejo florestal, ou área de efetivo plantio: 13.309 ha
- Área de reserva legal: 4506 ha
- Área de preservação (reserva legal + APP's + vegetação remanescente): 4983 ha
- Área inaproveitável e de infraestrutura: 686 ha.

2. Manejo Florestal

Descrição das Áreas Manejadas e seus Processos

O Manejo Florestal da Frigg tem como objetivo a produção de madeira para suprimimentos das demandas nos segmentos de celulose e papel, carvão e biomassa.

Silvicultura. A Silvicultura é o processo que se dá com o preparo de solo, implantação (reforma) até a manutenção da floresta adulta. A empresa não possui estrutura própria para o desenvolvimento de melhoramento genético. As compras das mudas clonais ou seminais de eucalipto e pinus e as escolhas dos materiais genéticos são realizadas através de demanda de mercado e identificação dos materiais adaptados à região onde serão estabelecidas as florestas. Para os plantios, em sua maioria são utilizados materiais clonais de Eucalipto, sendo as principais espécies: *Eucalyptus grandis*, *Eucalyptus saligna*, *Eucalyptus urophylla* e híbridos entre *E. grandis* e *E. urophylla*. O *Pinus* também vem sendo plantado, porém em menor escala, sendo utilizados os materiais seminais: *Pinus caribaea* var. *hondurensis* e o híbrido entre *Pinus elliottii* var *elliottii* e *Pinus caribaea* var. *hondurensis*. Os espaçamentos de plantio mais comuns são de 3,0 x 3,0 m (densidade de 1.111 árvores/ha). Também são realizados experimentos com o objetivo de acompanhar o espaçamento e desenvolvimento dos clones nos diferentes espaçamentos.



Colheita. O processo de produção de toras requer-se a utilização de máquinas florestais de alta produtividade, que requerem grandes estruturas próprias de apoio, bem como funcionários altamente capacitados para operação e manutenção dos equipamentos. Como as florestas de Pinus não passaram pelo manejo apropriado para a produção de toras, a quantidade de resíduos florestais produzidos no pós-colheita é bastante significativa. Visando o aproveitamento deste material existe a venda de lenha onde os clientes traçam, empilham e transportam esta madeira. Este material é utilizado principalmente para a produção de carvão vegetal e o produto é destinado para o mercado local. Além da produção de carvão vegetal, estes resíduos têm sido muito utilizados nos últimos anos, para a produção de biomassas, sendo assim destinados aos mais diversos setores para uso especialmente em caldeiras. Os processos de Colheita estão descritos no procedimento operacional listado abaixo e nas instruções de trabalho. Esses documentos ficam disponíveis no sistema SE Suite e nas frentes de serviço.

Recursos Florestais. A Frigg realiza anualmente avaliação dos ativos florestais pela equipe interna, com objetivo de acompanhar o valor destes ativos, bem como estabelecer o planejamento de longo prazo para cada operação. Esta avaliação está baseada em informações atualizadas referentes aos ativos florestais de acordo com o SIG (Sistema de Informações Geográficas), que correspondem ao cadastro florestal, trazendo informações como áreas, idade, espécie, clone, etc. A organização obtém informações atualizadas referentes à expectativa de crescimento das florestas, definidas de acordo com resultados de inventário. Os inventários periódicos de acompanhamento dão subsídio para compreender o crescimento da floresta ano a ano. Com o passar dos anos e os sucessivos inventários realizados, a base de informações torna-se mais robusta, permitindo que, anualmente, as curvas de crescimento sejam revisadas, sendo possível realizar a projeção de volume de madeira no período de colheita, usualmente entre 7 e 9 anos.

Através do SIG a organização também obtém informações sobre os seus recursos florestais para a definição das atividades sequenciadas de silvicultura, em função do manejo previsto, incluindo idade esperada de colheita; Estimativas de custos e



despesas operacionais e administrativas, onde se inclui também todas as despesas referentes à certificação, licenciamento e projetos sociais diversos; o de custos e despesas; Estimativas de investimentos necessários para operação como o maquinário, construção de infraestrutura, benfeitorias, entre outros; Informações sobre as restrições de produção anual em função da capacidade de comercialização, baseadas no acompanhamento do mercado. Com base nas informações acima, as quais são providas e validadas pelos departamentos responsáveis, utiliza-se modelagem em software especializado em otimização florestal (*Woodstock - Remsoft*), o qual estabelece o sequenciamento de colheita e conseqüentemente as atividades de silvicultura, que maximizam o valor presente líquido da empresa.

Situação Fundiária

A Fazenda Pantano é uma grande propriedade de 542,23 Módulos Rurais (18.978 hectares), localizada em Ribas do Rio Pardo, na divisa com o município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul. Dista aproximadamente 71 km do centro de Ribas do Rio Pardo e 174 km da matriz, localizada em Campo Grande/MS. O imóvel possui área correspondente a 1,1% da área do município de Ribas do Rio Pardo e a área destinada ao cultivo de espécies florestais exóticas (Pinus e Eucalipto) na fazenda corresponde a 3,7% da área reflorestada do município.

2.1 Características Regionais

Segundo dados da prefeitura municipal, Ribas do Rio Pardo é o terceiro maior município do estado de Mato Grosso do Sul em extensão territorial e está entre os maiores do Brasil. Localiza-se à 92 km da capital do estado – Campo Grande. A economia é sustentada pelo setor agropecuário, predomina a criação de gado, havendo também o extrativismo de resina, carvão vegetal, produção de celulose e algumas pequenas indústrias.

A partir das décadas de 70 e 80, em função das políticas de integração nacional, implementadas pelo Governo Federal com o objetivo de anexar os grandes vazios demográficos ao processo produtivo brasileiro, que ocorre a ampliação e a incorporação das terras de Mato Grosso às atividades produtivas. A melhoria das



condições de acessibilidade propiciou a expansão das atividades de mineração, extração de madeira e a implantação da agropecuária. Também ocorreu uma mudança radical nas atividades agrícolas, motivada, sobretudo, pelo desenvolvimento das pesquisas de culturas agrícolas adaptadas aos solos de Cerrado e, em especial, à criação de cultivares de soja adaptados às condições climáticas do Estado. A cultura da soja e de outros grãos, com moldes de manejo altamente mecanizados, ocupa hoje grande parte do território da região. As áreas utilizadas pela Frigg para plantio das florestas de eucalipto, vegetação nativa e edificações já estão consolidadas.

2.1.1. Biomas e Ecossistemas presentes

A fitofisionomia predominante na região é o cerrado, de aspecto pseudo-xeromórfico oligotrófico, sendo que no restante da área, a cobertura se distribui entre pastagens plantadas, reflorestamentos, várzeas e lavouras.

2.1.2. Geologia

Situado na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, Sub-Bacia do Rio Pardo, o imóvel está inserido na unidade geomorfológica das Rampas Arenosas dos Planaltos Interiores, onde predominam solos classificados pelo SiBCS como Neossolos, podendo ser encontrados também Latossolos Vermelhos e Planossolos.

2.1.3. Clima

O clima predominante na região pode ser classificado como tropical de monção (Am) segundo a classificação de Köppen, com precipitação pluviométrica anual variando entre 1.500 a 1.750 mm com excedente hídrico de 800 a 1.200 mm durante cinco a seis meses e deficiência hídrica de 350 a 500 mm durante quatro meses. As temperaturas médias do mês mais frio são menores que 20°C e maiores que 18°C.

2.1.4. Recursos Hídricos Disponíveis

O Rio Anhanduí é o afluente da margem direita do rio Pardo, com cerca de 390 km de extensão e 70 km navegáveis. Localizado na bacia do rio Paraná, nasce da confluência dos córregos Prosa e Segredo, no centro da cidade de Campo Grande. Faz divisa entre o



município de Nova Alvorada do Sul o Rio Anhanduizinho é o afluente da margem esquerda do rio Anhanduí, no município de Campo Grande. Divisa dos municípios de Ribas do Rio Pardo, Campo Grande e Nova Alvorada do Sul. O Rio Pardo, afluente pela margem direita do rio Paraná, desaguando nele pouco acima da ponte no porto XV de Novembro. Nasce na lagoa Sanguessuga, perto de Camapuã, tendo como principal formador o córrego Capim Branco. Com pouco menos de 500 km, faz divisa entre o município de Ribas do Rio Pardo e Santa Rita do Pardo. A partir da foz do afluente Anhanduí-Açu era francamente navegável, tanto que era conhecido pelos antigos pelo apelido de rio morto. Acima da referida foz, apresenta mais de cinquenta obstáculos, entre cachoeiras e itaipavas. Fica nele a Hidrelétrica do Mimoso, também conhecida pelo nome de Assis Chateaubriand, a quarenta quilômetros da cidade de Ribas do Rio Pardo. Rio Verde faz divisa de município Ribas do Rio Pardo e Água Clara. Todos estes rios compõem a Bacia do rio Paraná.

2.1.5. Identificação de Vestígios Arqueológicos e Paleontológicos

O Estudo Arqueológico foi realizado em 2014 com o objetivo de verificar possíveis sítios arqueológicos nas áreas da fazenda. Os sítios arqueológicos são locais onde constam artefatos, construções ou outras evidências de atividades ocorridas no passado que possuem valor cultural histórico. Entretanto, durante o manejo da área, os colaboradores estão orientados a paralisar a atividade quando encontrado qualquer material diferente do comum ou que se assemelhe a artefatos antigos, comunicando diretamente seu responsável, para que seja planejado o estudo e a conservação do mesmo. O levantamento e prospecção arqueológica, realizado de forma intensiva, revelou um conjunto de 5 sítios arqueológicos: Ribeirão Pântano 1 (VG1), Ribeirão Pântano 2 (VG2), Ribeirão da Lontra 1 (VL1), Ribeirão da Lontra 2 (VL2) e Ribeirão da Lontra 3 (VL3). Tanto a inserção topográfica dos sítios, em média vertente, quanto as características do material lítico permitem caracterizar esses locais como campamentos de caçadores-coletores pré-históricos, para atividades de caça-pesca e de coleta. Considerando-se que os sítios arqueológicos estão em áreas de APP e o empreendimento não deverá afetar a área da APP, os sítios devem ser preservados dos impactos do reflorestamento. O relatório foi protocolado no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no dia 21 de agosto de 2014.



2.1.6. Unidades de Conservação e Locais de Interesse Comunitário

Em 10 de agosto de 2011, foi publicado no diário oficial, a criação da Área de Proteção Ambiental APA, denominada Microbacia do Anhanduí-Pardo, a área que abrange parte do município de Ribas do Rio Pardo com extensão de 644.929,3996 hectares.

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (SNUC, Lei 9.985/2000). Segundo o decreto 089/2011, o núcleo de Meio Ambiente ligado à Gerencia Municipal de Desenvolvimento Econômico fica responsável por elaborar o Plano de Manejo em cinco anos. No plano de manejo deve constar as normas e restrições para utilização das propriedades privadas.

A fazenda Pantano possui vários remanescentes florestais, a maior parte dos quais inclui principalmente áreas de cerrado e cerradão que estão em estágio avançado de regeneração, em bom estado de conservação, apresentando banco de sementes com elevado número de regenerantes no sub-bosque e acúmulo de serapilheira. Contudo, na maioria dos fragmentos é encontrada a exótica braquiária e em alguns trechos esses fragmentos apresentam elevada profusão de trepadeiras. Os fragmentos vão continuar sendo monitorados através da avaliação fitossociológica, utilizando o método de parcelas permanentes, onde áreas permanentemente demarcadas no interior de fragmentos são avaliadas periodicamente, com vistas à obtenção de estimativas de mudanças em frequência, dominância, densidade e valor de importância.

2.1.7. Perfil e Condições Sócio-econômicas das Áreas adjacentes

A região onde está inserido o maciço florestal da Frigg é integrada ao sistema de grandes propriedades rurais cuja atividade principal é a criação de gado extensiva. Devido às características da região esta atividade tem baixo rendimento por hectare e baixa capacidade de geração de emprego.

A Frigg realizou um Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental como objetivo avaliar os impactos do Manejo Florestal na vida da população do entorno, que estão de alguma



forma relacionadas com o processo florestal. Este diagnóstico constitui um referencial de como se estruturam e interagem os diferentes fatores econômicos, sociais e ambientais. O Diagnóstico foi realizado com o objetivo de mapear esses fatores que possibilitem o exercício da responsabilidade social aplicada ao desenvolvimento local do município de Ribas do Rio Pardo do estado de Mato Grosso do Sul. Com base no diagnóstico foram identificados os aspectos e impactos sociais e propostos projetos sociais para a mitigação desses impactos.

Os fatores que limitam o desenvolvimento no município de Ribas do Rio Pardo são:

- Saúde: A estrutura física de hospitais, especialidades médicas, diagnósticos, materiais para procedimentos clínicos, atendimento na zona rural, instalação de CAPS (Centro a Atenção Psicossocial).
- Trabalho e Renda: Os recursos disponibilizados aos municípios são insuficientes para o atendimento amplo da população. Faltam programas para geração de emprego e renda e incentivos para capacitação profissional comunitária. Entretanto, apesar de a empresa FRIGG disponibilizar diversas vagas para preenchimento do quadro de funcionários, existe muita dificuldade em conseguir mão-de-obra especializada no município.
- Agricultura: Os municípios, segundo dados levantados pela ARKHÉ Socioambiental, possuem uma baixa fertilidade do solo, o que diminuem a quantidade de produtores na atividade agrícola.
- Meio Ambiente: Um dos principais desafios frente às questões ambientais é o lixo urbano, pois os municípios ainda não possuem o Plano de Resíduos Sólidos e a zona rural não possui coleta de lixo.

A Frigg comercializa no mercado local a madeira da sua unidade de manejo florestal, gerando empregos diretos e indiretos na cadeia produtiva da madeira, além de aumentar a receita dos municípios através da arrecadação de impostos.

2.2 Programas Sócio-ambientais e de Relacionamento



Os projetos sociais são realizados de acordo com os aspectos socioeconômicos e ambientais identificados e suas abrangências. Visto que na região da fazenda não existe comunidade próxima, as ações são direcionadas para funcionários, famílias dos funcionários que residem na fazenda e comunidade escolar que funciona dentro da fazenda. Os projetos são realizados com o objetivo de colaborar com:

- Geração de trabalho e renda – Cursos de capacitação e desenvolvimento;
- Ações sociais – Doação de brinquedos, agasalhos;
- Conscientização ambiental – Projetos de Educação Ambiental e demais projetos relacionados ao Meio Ambiente.



3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

3.1 Norma ou Padrão Normativo utilizado para avaliação

O processo de avaliação foi efetuado com base no Escopo de Certificação descrito acima, conforme o Padrão Normativo **NBR 14.789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais** conhecido como **CERFLOR**, elaborado pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, reconhecida pelo Conmetro como Fórum Nacional de Normalização. A ABNT é o organismo responsável pelo processo de elaboração e revisão das normas do Programa Cerflor.

As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e partes interessadas (universidades, laboratórios, organizações não governamentais e outros). Os Projetos de Norma Brasileira, elaborados no âmbito dos ABNT/CB e ABNT/NOS, circulam para Consulta Pública entre os associados da ABNT e demais interessados.

A Norma **NBR 14.789:2012** foi elaborada pela Comissão de Estudo Especial Temporária (CEET) de Manejo Florestal, formada por especialistas brasileiros representantes dos setores envolvidos. A revisão de 2012 da norma circulou em consulta nacional durante o ano de 2011 e 2012. Esta edição cancela e substitui a edição anterior de 2007.

O Padrão Normativo aqui utilizado faz parte do Sistema Brasileiro de Certificação, em que o CGCRE estabelece as regras para o processo de Certificação.

Em 19 de outubro de 2005 o CERFLOR passou a ser reconhecido pelo Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC). O PEFC é um conselho sem fins lucrativos, que atua de forma independente, tendo sido fundado em 1999 com o objetivo de promover o manejo florestal sustentável em todo o mundo.



Atualmente conta com 25 sistemas de certificação florestal reconhecidos que passaram por avaliações técnicas. No Brasil o reconhecimento se deu por intermédio da CGCRE, que atua como organismo acreditador, estabelecendo regras específicas para o sistema de certificação do CERFLOR. Maiores informações podem ser obtidas pelo website www.pefc.org.

O CERFLOR contempla um conjunto de princípios, critérios e indicadores, incluindo requisitos ambientais e sociais, a serem atendidos pela organização auditada. No processo de avaliação todos os requisitos normativos são verificados nas unidades de manejo, objeto da certificação.

São ao todo 05 (cinco) Princípios, relacionados às atividades de manejo florestal, como indicado a seguir:

Princípio 1: Cumprimento da Legislação;

Princípio 2: Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade;

Princípio 3: Zelo pela diversidade biológica;

Princípio 4: Respeito às águas, ao solo e ao ar;

Princípio 5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal.

Os princípios estabelecidos nesta norma constituem a referência para o manejo florestal.

De acordo com o estabelecido no próprio padrão normativo NBR 14789:2012, destacamos que:

“Os princípios são desdobrados em critérios, que são a expressão dos requisitos que descrevem os estados ou dinâmicos de um ecossistema florestal e do sistema social a ele associado”.

“A verificação do cumprimento de cada critério é estabelecida mediante a avaliação do atendimento de um conjunto de indicadores específicos, que podem ser quantitativos ou qualitativos”.

“Dependendo da localização e da finalidade da unidade de manejo florestal, nem todos os indicadores serão aplicáveis. Contudo será sempre necessário avaliar todos aqueles pertinentes à situação local”.



3.2. Identificação do OCF – Organismo de Certificação

O BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC) está credenciado pela CGCRE para realização de certificações de manejo de florestas plantadas com base na norma NBR 14789:2012, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo credenciador.

O objetivo do BVC é realizar serviços de certificação com alta credibilidade, sendo este o motivo pelo qual optou em realizar tais certificações de acordo com os requisitos do Sistema Brasileiro de Certificação.

Dados para Contato

Escritório São Paulo:

BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC)

Sr. Lucia Nunes: Certification Technical Manager

Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha 100, Torre C, 4º andar.

CEP: 04726-170, SÃO PAULO/SP

Fone: (0**11) 2655-9000

Fax: (0**11) 2655-9000

E-mail: lucia,nunes@br.bureauveritas.com



3.3. Responsável pelo OCF

BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC)

Sr José Cunha (Diretor de Certificação)

Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha 100, Torre C, 4º andar.

CEP: 04726-170, SÃO PAULO/SP

Fone: (0**11) 2655-9000

Fax: (0**11) 2655-9000

E-mail: jose.cunha@br.bureauveritas.com

3.4. Descrição do Processo de Auditoria

Esta auditoria trata-se de uma avaliação de recertificação (Auditoria Principal) na empresa FRIGG FLORESTAL S.A, apresentada no Resumo deste relatório.

O processo de auditoria de recertificação do CERFLOR compreende:

- Planejamento inicial da auditoria;
- Planejamento e realização das reuniões públicas;
- Definição da equipe de auditoria;
- Avaliação documental quanto ao atendimento do CERFLOR;
- Avaliações de campo quanto ao atendimento do CERFLOR;
- Emissão e publicação do relatório de auditoria;
- Planejamento de auditoria complementar e/ou de Follow-up (caso pertinente);
- Apreciação do processo de auditoria por parte da Comissão de Certificação;
- Emissão de relatório final após avaliação de ações corretivas (caso pertinente) e demais questões pertinentes.



Adicionalmente em uma auditoria de certificação deve ser realizada uma auditoria inicial (de 1ª fase), com o objetivo de avaliar o plano de manejo, a legalização das unidades de manejo e demais documentações requeridas pela NBR 14789:2012. Em função da certificação mantida ao longo de 5 anos pela empresa para as áreas auditadas (mesmo escopo de certificação), consideramos não aplicável a realização desta auditoria inicial na Frigg Florestal S.A.

As áreas, processos e atividades auditadas nesta auditoria de recertificação do Cerflor foram:

- Coordenação da gestão de certificações;
- Atendimentos aos requisitos legais e outros requisitos válidos de acordo com o escopo da certificação;
- Legislação fundiária, documentos de posse de terra, recolhimentos de impostos e legislação trabalhista;
- Documentação legal de fornecedores;
- Plano de Manejo Florestal, versão 08, de 18/07/2017;
- Atividades de Silvicultura (roçada, combate à formiga e condução de brotação);
- Colheita Florestal, transporte e manutenção de estradas;
- Viveiro de espera, depósito de produtos perigosos e fertilizantes;
- Controle de resíduos sólidos e coleta seletiva;
- Controle de lançamento de efluentes domésticos;
- Atualização das informações dos Projetos Sociais, Escolas e Ambulatório médico e odontológico;
- Verificação da efetividade de não conformidades da 4ª auditoria de manutenção;
- Reunião pública para consulta à partes interessadas no Município de Ribas do Rio Pardo, dia 02/08/2017, às 16:00hs, no Centro Educacional Rosa Mosso.



3.4.1 Definição da Equipe de Auditoria

A seguinte equipe foi designada para a realização desta auditoria:

Nome	Função na Equipe	Formação Acadêmica
Luiz Juvêncio Cardoso Quagli	Auditor líder	Biólogo (UFBa.), Lic. BSc, MSc em Ecologia e Biomonitoramento, Pós-grad. (latu senso) em Tec. Ambiental em Indústrias Florestais, Auditor da Qualidade (ISO 9001), Meio Ambiente (ISO 14001), CERFLOR (NBR 14789 e 14790), FSC CoC e MSC CoC;
Nelson Luiz Bastos	Auditor	Eng. Florestal, Auditor de Meio Ambiente (ISO 14001), CERFLOR (NBR 14789 e 14790), FSC Manejo e CoC, Relatório de Sustentabilidade GRI;

3.4.2. Planejamento de Reuniões Públicas

As reuniões públicas têm como objetivo identificar recomendações, questionamentos, denúncias e demais demandas das partes interessadas, referentes aos princípios do CERFLOR, permitindo ao Bureau Veritas Certification avaliar, durante o processo de auditoria, as questões relevantes registradas. É importante esclarecer que a empresa auditada não participa ativamente das reuniões em função do objetivo destas.

Foi realizada uma reunião pública no município Ribas do Rio Pardo, no Centro Educacional Rosa Mosso, as 16:00hs do dia 03 de agosto de 2017, conduzida pelos membros da equipe de auditoria. Não houve comparecimento de nenhuma parte interessada convidada e eventual participação voluntária.

A escolha do município foi feita em função da representatividade regional deste, considerando ainda as atividades da empresa auditada, facilidade de acesso e existência de instalações adequadas para a realização das reuniões.

A documentação gerada no planejamento e realização das reuniões públicas compreende: convites emitidos, questionários de consulta pública preenchidos por



partes interessadas, listas de presença nas reuniões públicas e Questionamento de partes interessadas. Todos estes registros estão mantidos pelo Bureau Veritas Certification como parte do processo de auditoria da empresa.

Em função do não comparecimento de nenhum representante e partes interessadas na reunião pública, não foram gerados questionamentos pertinentes a Frigg e seu manejo florestal e aos Princípios do CERFLOR.

3.4.3 Planejamento e Realização da Auditoria

De acordo com o Escopo de Certificação pretendida, foram executadas as seguintes atividades: análise de documentação, verificações em campo, entrevistas com colaboradores da empresa, prestadores de serviços e partes interessadas.

Foi também avaliado o parecer da empresa sobre os questionamentos, recomendações e comentários das partes interessadas, enviados através de questionários específicos do CERFLOR e identificados nas Reuniões Públicas, referentes ao manejo florestal da empresa frente os critérios do CERFLOR.

Como todo o processo de Auditoria, as avaliações ocorreram conforme plano de auditoria estabelecido previamente, considerando o tamanho e complexidade das atividades da empresa e caráter amostral de um processo de auditoria.

Ao longo das avaliações nas instalações e propriedades da empresa, foram realizadas consultas formais aos seguintes órgãos públicos:

- 02 Entrevistas: Dito Mário Lázaro – REFLORE MS (Dir. Executivo) e Leandro Camilo – IMASUL (técnico).

O plano geral da auditoria segue na planilha apresentada abaixo:



DIA/AUDITOR	LJQ - LUIZ J. C. QUAGLIA - AUDITOR LÍDER	NMB - Nelson Bastos - AUDITOR 2
31/07 - SEGUNDA-FEIRA	Viagem dos auditores para Campo Grande - MS	
01/08 - Terça - Feira - Manhã - 08:30 - 09:00	Reunião de Abertura no escritório Sede em Campo Grande (MS) e Alinhamento da Programação - auditores e equipes FRIGG	
01/08 - Terça - Feira - Manhã - 09:00 - 12:00	Princípio 1. Cumprimento da legislação ambiental - critério 1.1 - Todos os indicadores	Princípio 2. Princípio 2 - Racionalidade no Uso dos Recursos Florestais a Curto, Médio e Longo Prazos, em Busca da sua Sustentabilidade - Critérios 2.1 a 2.4 - todos os indicadores e Análise plano de manejo;
01/08 - Terça - Feira - Tarde - 13:30 - 17:30	Princípio 1. Cumprimento da legislação - critérios 1.2 e 1.3 - Todos os indicadores	Verificação do Princípio 5 - Desenvolvimento Ambiental, Econômico e Social das Regiões em que se Insere a Atividade Florestal - Critérios 5.1 a 5.2 - Todos os indicadores
02/08 - Quarta-Feira - Manhã	Amostragem nos Princípios 3 e 4 - Monitoramento da Biodiversidade, Fauna, Flora e monitoramento dos recursos hídricos, emissões atmosféricas e resíduos sólidos;	Verificação do Princípio 5 - Visitas à entidades sociais e partes interessadas: Realização de entrevistas: Dito Mário Lázaro – REFLORE MS (Dir. Executivo) e Leandro Camilo – IMASUL (técnico).
02/08 - Quarta-Feira - Tarde	Deslocamento para o Município Ribas do Rio Pardo, Centro Educacional Rosa Mosso, para a participação na reunião pública de consulta às partes interessadas.	
03/08 QUINTA-FEIRA - MANHÃ - 08:00 - 12:00	Deslocamento para amostragem nas atividades de campo da Fazenda Pantano (Silvicultura / colheita florestal) - Atividades florestais incluindo os princípios 1, 2, 3 e 4;	Deslocamento para amostragem nas atividades de campo na Fazenda Pantano (Silvicultura / colheita florestal) - Atividades florestais incluindo os princípios 1, 2, 3 e 4;
03/08 QUINTA-FEIRA - TARDE - 13:30 - 18:00	Continuação da amostragem nas Atividades Florestais na Fazenda Pantano, incluindo os princípios 1, 2, 3 e 4;	Continuação da amostragem nas Atividades Florestais na Pantano, incluindo os princípios 1, 2, 3 e 4;
04/08 SEXTA-FEIRA - MANHÃ - 08:30 - 12:00	Análise de eventuais pendências de documentação e elaboração do Relatório Final - AUDITORES E EQUIPES FRIGG	
04/08 SEXTA - MANHÃ - 14:30 - 15:00	Reunião de Encerramento - TODOS AUDITORES E EQUIPES DA FRIGG	

3.5 Relatório Detalhado

Esta seção demonstra as evidências coletadas pela equipe de auditoria durante o processo de avaliação no período de 01 a 04 de agosto de 2017. A abordagem de auditoria se deu a partir dos processos da organização, de acordo com um plano de trabalho previamente elaborado. Em cada processo auditado foi dada ênfase aos princípios e critérios do CERFLOR pertinentes, conforme demonstrado abaixo.

3.5.1. Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal

3.5.1.1. Princípio 1. Cumprimento da legislação.



Na verificação das evidências de atendimento ao Princípio 1 (Cumprimento da legislação), o empreendimento florestal Frigg foi gerido através de atitudes e ações que asseguraram o cumprimento das legislações federal, estadual e municipal em vigor. A legislação nacional, os acordos e os tratados internacionais aplicáveis foram identificados e divulgados aos setores envolvidos no seu cumprimento, atendendo aos critérios e indicadores descritos em 3.1.1 a 3.1.3 da Norma ABNT NBR 14789:2012. Para este princípio, considerando todos os critérios e indicadores foram verificados e evidenciados durante a auditoria, não foi registrada nenhuma não conformidade.

3.5.1.2. Princípio 2. Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade.

Para a organização atender o Princípio 2 - Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazo, em busca da sua sustentabilidade, o manejo florestal foi avaliado. Conforme as evidências apresentadas foi verificado que a organização planejou e executou o seu manejo florestal de acordo com os requisitos normativos. Neste caso, a organização avaliada promoveu atitudes que levou em consideração o uso racional dos recursos florestais, desde a matéria-prima produzida, os produtos secundários ou os serviços prestados pela floresta. Foi verificado que a organização gerenciou seus plantios e ativos florestais de modo que a atividade não ocasionou exaustão de recursos naturais renováveis. Os critérios e indicadores aplicados neste Princípio foram os itens de 3.2.1 a 3.2.4 da Norma ABNT NBR 14789:2012. Na amostragem realizada não foi registrada nenhuma não conformidade neste princípio. Como oportunidade de melhoria foi evidenciou-se que a organização deve melhorar a descrição de alternativas estratégicas para o acesso a propriedade e fluxo de transporte alternativo no plano de manejo (OM1). Outro registro de oportunidade de melhoria neste princípio foi que “embora tenham sido implantados os piquetes de identificação dos talhões, a organização deve verificar a necessidade de inserir a descrição no procedimento de identificação visual” (OM2).

Como ponto positivo, deve-se aqui destacar a racionalização e objetividade dos controles e procedimentos operacionais condensados, Planilha de Aspectos e Impactos Ambientais, mapa de classes de suscetibilidade com identificação de áreas críticas para processos erosivos e assoreamento desenvolvido no GIS e o bom



aproveitamento dos resíduos florestais evidenciado na operação trituração de resíduos.

3.5.1.3. Princípio 3. Zelo pela diversidade biológica.

Na verificação do atendimento ao Princípio 3 - Zelo pela Diversidade Biológica, foi evidenciado que a organização Frigg manejou a plantação florestal de modo a minimizar os impactos negativos de sua atividade silvicultural sobre a flora e a fauna nativas. Foi evidenciado o atendimento a princípio de zelo pela manutenção da diversidade biológica, atendendo aos critérios e indicadores descritos em 3.3.1 a 3.3.6. Na amostragem realizada na Frigg durante a auditoria de recertificação, não foi registrada nenhuma não conformidade.

3.5.1.4. Princípio 4. Respeito às águas, ao solo e ao ar.

A organização Frigg, para atendimento ao princípio 4 (respeito às águas, ao solo e ao ar) aplicou no manejo florestal e nos demais programas de desenvolvimento tecnológico, práticas de gestão e operação florestal que considerou a conservação do solo, dos recursos hídricos e do ar. Na amostragem realizada na Frigg, envolvendo as atividades operacionais e de gestão na Fazenda Pantano foram evidenciadas as conformidades nas práticas silviculturais de campo, na colheita florestal e na gestão dos resíduos e dos defensivos agrícolas. Não foi registrada nenhuma não conformidade neste princípio.

3.5.1.5. Princípio 5. Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal.

Para atender o Princípio 5, a organização estabeleceu ao longo dos últimos 5 anos uma sistemática de desenvolvimento socioambiental e econômico na região em que se insere a atividade de manejo florestal. De forma mais específica, a organização implantar uma política de relacionamento com os trabalhadores florestais e



comunidades locais, bem como evidenciou os pontos positivos das atividades florestais nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Nos projetos sociais e nos relacionamentos com as partes interessadas, foi evidenciado que a organização estabeleceu ações que incentivou os programas de interesse comunitário, a fim de melhorar as condições de vida da comunidade local. Os critérios e indicadores avaliados nesta auditoria de recertificação compreenderam os itens 3.5.1 e 3.5.2.

Nesse Princípio 5 não foram registradas não conformidades. Contudo, um ponto negativo foi observado na reunião pública para a consulta à partes interessadas, realizada no dia 02 de agosto de 2017. Na data e horário previsto conforme os convites enviados as pessoas, entidades, moradores locais e organizações governamentais, não houve o comparecimento de nenhum representante.

Um ponto positivo observado e relatado para a organização é o programa implementado de saúde e higiene para os trabalhadores e comunidade, que atualmente se apresenta robusto e abrangente.



3.5.2. Relatório Detalhado – Evidências da Equipe de Auditoria

PRINCÍPIO 1 – Critério 1.1

Verificação do Princípio 1, Cumprimento da legislação, critério 1.1 - A organização deve realizar as atividades pertinentes à implantação e manejo das florestas, de acordo com as legislações e outros regulamentos florestais e ambientais vigentes;

Critério 1.1 - indicador “a”: existência de procedimentos de identificação da legislação e outros regulamentos aplicáveis às atividades de implantação e manejo da unidade de manejo florestal, como os da OIT n. 169 e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;

Critério 1.1 - indicador “b”: existência de registros que comprovem o atendimento à legislação e outros regulamentos aplicáveis às atividades de implantação e manejo da unidade de manejo florestal. A área total do escopo da certificação Cerflor pertence a Fazenda Pantano, com área total de 18.978 ha, com 13.373ha de plantio efetivo, com 479ha de área de preservação permanente, 4494 ha de áreas destinadas à conservação e 631ha de áreas inaproveitáveis e de infraestrutura;

Evidenciado o procedimento PO.01.06.04 – Procedimento Operacional – Avaliação do Atendimento aos Requisitos Legais, revisão 00, de 20/05/2016. Este procedimento define as atividades para acompanhamento, análise, atualização e verificação do atendimento aos requisitos legais e demais requisitos aplicáveis às atividades, produtos e serviços da empresa.

Com relação a necessidade de licenciamento ambiental, não houve alteração significativa, apenas no informativo de plantio de reflorestamento INF nº 107/2015, processo 00193/2015, matrícula 16221 (Comarca de Rio Pardo - MS), com área registrada total de 18.977,9573 ha, área efetiva de plantio atual (2017) de eucalipto de 13.323 ha, área de preservação permanente de 464ha, área de reserva legal de 3.890,71ha e área de infraestrutura de 1.299,8ha, em conformidade com as informações apresentadas pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL e informações apresentadas no Plano de Manejo Florestal, versão 08, 2017. Para os plantios de foi evidenciado o Informativo de Plantio de Reflorestamento, INF nº 109/2015, processo nº 00195/2015, com área efetiva de plantio de 203,6600 ha, em



conformidade com os registros do Instituto de Meio ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Para o registro de Informativo de corte, foi evidenciado o documento INF nº 114/2015, processo nº 00200/2015, matrícula 16221, com área de efetivo plantio de 1.726,0190 ha e área autorizada para o corte com as mesmas dimensões, com previsão de corte entre 02/02/2015 até 31/12/2017. Evidenciado o registro do responsável técnico no processo do IMASUL, Sr. Elieser José de Santana, engenheiro florestal, Crea PR-35939/D.

Foi verificado o sistema de acompanhamento atual com o suporte do fornecedor LegNet, com acesso via na rede da internet on line. Foi evidenciado o registro da legislação para o âmbito da União 544 requisitos, sendo que desses 223 são não aplicáveis, 71 requisitos estaduais e 8 requisitos do âmbito municipal – Ribas do Rio Pardo.

Foi evidenciado que a organização mantém atualizada a verificação das obrigações legais por meio do site LegNet, com os critérios de atendido, não atendido, não avaliado, não aplicável e potencial/cliente.

Para os requisitos atendidos, foram evidenciado 304 requisitos atendidos no âmbito da União, 29 para requisitos estaduais e 3 municipais. Como amostragem evidenciada, foi verificado o acesso a Lei 12651, de 25/05/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Verificado os registros de atendimento para 76 obrigações do código florestal.

Verificado o Manual de Licenciamento Ambiental 2015 conforme a Resolução Semade nº09, de 13 de maio de 2015. Este Manual de âmbito da legislação estadual cita que o código da atividade 9.13.1 – Plantio de Floresta e Condução de Espécies Florestais Nativas ou Exóticas, com finalidade de produção e corte ou extração de produtos florestais diversos. Esta legislação cita que a referida atividade é isenta de licenciamento ambiental mediante protocolo do Informativo de Atividade. Verificado o registro do Informativo de Plantio de Reflorestamento nº 157/2016 (plantio de Pinus ssp.) e registro 156/2016 (plantio de Eucaliptus sp para 4.788,8190ha.), referente ao processo nº00245 e 00243/2016 respectivamente, para a área registrada de 18.977,9573 hectares, registrada no Cartório 1º Serviço Registral e Tabelionato de Protesto da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS.



Para o informativo de corte foi evidenciado o registro nº 114/2015, referente ao processo 00200/2015, para o corte de 1.726,0190ha para Pinus e Eucalipto, aprovada em 30 de janeiro de 2015.

Verificado no sistema LegNet o registro de inclusão do requisito da versão 2012 do Cerflor, sobre OIT 169 e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Decreto 5051, de 19/04/2004, publicado no diário Oficial da União no dia 20/04/2004. O acesso às normas e registros da documentação técnica da ABNT é realizado através de contrato específico. A informação das normas aplicáveis é apresentada pelo sistema LegNet;

Protocolo de uso de água – Verificado registro do ofício OF IMASUL/DILIC/GRH/nº 096/2015, sobre os registros de autorização de uso dos recursos hídricos captados através dos poços tubulares da Frigg. Evidenciado que os usos estão registrados no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CERH/MS em atendimento ao Decreto nº 13.397 de 22/03/2012 e Resolução SEMAC nº 21 de 23/10/2014. Evidenciado os registros de Certificados de Declaração de Uso de Recursos Hídricos, nº DURH002291, DURH002290 e DURH2294, da IMASUL, que serão alterados em função dos novos requisitos legais, conforme os protocolos PRE1528/2017, PRE1523/2017, PRE1522/2017 e PRE1521/2017, protocolados em 21/07/2017.

Para os pontos de captação de água superficial PCA 01, PCA 02, PCA 03, PCA 04, PCA 05, PCA 07 e PCA 08 foram evidenciados os registros de Certificado de Declaração de Uso de Recursos Hídricos, DURH005983,002023, 002285, 002283, 002287, 001667, 005984, 001665 e 002024, respectivamente. Verificado registro da legislação Resolução CERH/MS nº 41, de 23/02/2017, sobre a necessidade de definir critérios de outorga para as captações por meio de carro pipa. Esse requisito permite a captação de carro pipa nas águas superficiais para as atividades de silvicultura, nos pontos cadastrados e com apresentação dos resultados do monitoramento anual conforme planilha específica.

PRINCÍPIO 1 – Critério 1.2

Critério 1.2 - Documentação fundiária:



Verificado registro de matrícula da Fazenda Pantano, nº 16221, ficha 01, da Comarca de Ribas do Rio Pardo - MS, de 15 de julho de 2010, para uma área total 18.977,9573 hectares.

Verificado o registro de Ato Declaratório Ambiental – ADA, segundo a lei 9.393/96, do exercício de 2016, do Ministério do Meio Ambiente, com o número de recibo nº 11650501860672, emitido em 20/06/2017.

Verificado o controle dos registros de Atividades da Lei 10.165/00, entregue em 07/02/2017, referente as atividades exercidas em 2016 na Frigg. Verificado registro de Certificado de Regularidade no Ministério do Meio Ambiente – CR, registro nº 5112028, emitido em 04/05/2017.

Verificado registro do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, nº 911.062.780.146-0, da Fazenda Pantano, datado de 15/12/2016, emissão exercício 2015/2016.

Verificado registro da Receita Federal, MIDAS, nº recibo de DIRT, código imóvel do Incra nº 911062.780146-0, exercício de 2016, que é o imposto sobre a propriedade territorial rural com número do imóvel 3.102.245-6, Fazenda Pantano.

PRINCÍPIO 1 – Critério 1.3

Critério 1.3 - Legislação trabalhista: PPRA – Verificado registro do PPRA atualizado para o exercício de dezembro de 2016 a dezembro de 2017, elaborado pela empresa de consultoria RTERRA – Segurança do Trabalho, com grau de risco 03, com o engenheiro de segurança Ricardo Terra, com registro no CREA/RNP 0803720515, ART do serviço 14201400000003582445, de 16/01/2017.

Verificado o registro do Levantamento Ambiental, versão 03, dezembro de 2016, realizado pela Rterra Consultoria de Segurança no trabalho (NR09). Verificado registro do responsável técnico Sr. Ricardo Terra, com registro no CREA/RNP 0803720515, ART nº 14201700000003582445, emitido em 16/01/2017.

Verificado os registros de Levantamento de PPRA, Análise Global, versão 05, de dezembro de 2016, registro de Levantamento Ambiental – Sobrecarga Térmica – Fazenda Pantano, versão 03 e registro do Laudo Técnico de Iluminância – Fazenda Pantano, versão 2, de dezembro de 2016, com ART 14201700000003582445, emitido



em 16/01/2017, com responsável técnico o Sr. Ricardo Terra, CREA/RNP 0803720513.

Verificado registro de certidão negativa de débitos trabalhistas, da Frigg Florestal, emitido em 28/07/2017, com validade até 23/01/2018, certidão nº 134466014/2017.

Com relação ao PCMSO (NR7), foi evidenciado o controle do registro de PCMSO atualizado para o exercício de 2016 – 2017, com validade até dezembro de 2017. Foi evidenciado registro de coordenador do PCMSO, Dr. José Maria Marques Domingues, CRM/MS: 361 médico do trabalho. Verificado registro no PCMSO das campanhas de saúde para os trabalhadores rurais próprios de acordo com a NR 7 e pelas funções específicas de acordo com a NR31.

Verificado registros de Lista de Presença de campanhas educativas para a saúde, Luta Contra o Câncer de Mama, conforme o registro FM.01.02.07, realizado em 27/10/2016. Evidenciado registros de lista de presença em treinamentos de conscientização nos temas de saúde para Diabetes, DST e Aids, Droga e Alcolismo, Novembro Azul, Acidentes Domésticos, Acidentes com Animais Peçonhentos, todas de acordo com o registro FM.01.02.07.

Para Primeiros Socorros, foi evidenciado registro de participação do aluno, do curso de Noções de Primeiro Socorros, realizado na Fazenda Pantano em 13/03/2017.

Verificado registro de conformidade de Declaração de Contribuição Sindical Assalariado Rural, emitido em 10/05/2017, para o exercício de 2017. Evidenciado registro de pagamento do imposto de Contribuição Sindical Patronal Rural, CNA, para o Banco de Brasil, em 31/01/2017.

Verificado registro de Certidão Negativa de Débito Imobiliário, nº de controle 65523/17-66, da Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, que certifica que até a presente data não consta débito tributário relativo à atividade econômica descrita pela Frigg, em conformidade com os requisitos da norma.

Verificado registro de Certidão Negativa de débito nº 157504/2017, relativo ao controle de crédito do Estado, com nada consta.

Verificado registro de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, para a Frigg Florestal, CNPJ 07.903.740/0001-87, com validade até 09/12/2017, e registro de Certidão Negativa de Débito nº 001160/2017-3, do Município de Ribas do Rio Pardo – MS, inscrição nº



4501252, principal atividade A023, emitida em 28/07/2017 com validade até 31/12/2017.

Evidenciado Certificado de Regularidade do FGTS-CRF em nome de FRIGG Florestal nº: 07903740/0001-87 válido até 21/08/2017.

Verificado registro de Convenção Coletiva de Trabalho, para o período 2016/2018, com número de registro no MTE MS000073/2016, com data de registro de 09/03/2016, número de solicitação MR011363/2016, número do processo nº 46312.000540/2016-46, com data de protocolo de 29/02/2016.

Evidenciado registro de ASO dos trabalhadores florestais: Sidney Barbosa – Líder de Manutenção Mecânica, admissional de 09/05/2013, periódico de 92/02/2017, segundo registro do médico do trabalho, Dr. José Maria Marques Domingues – CRM/MS 361. Verificado registro do ASO do motorista de caminhão pipa, Sr. Alex Sandro da Cruz Xavier, admissional em 03/10/2013, com registro de periódico em 23/12/2016, expedido pelo médico do trabalho Dr. José Maria Marques Domingues – CRM/MS 361. Para a função de Operador de Trator, foi evidenciado os registros de ASO dos funcionários Edson Primo de Araújo (admissão em 11/03/2017), Regis Cáceres (admissão em 13/03/2017) e Idomenio Miguel da Silva (admissão em 08/07/2014), conforme registro admissional do Médico do Trabalho, Dr. José Maria Marques Domingues. Para a função do líder florestal, Sr. Teófilo Luiz Campos Neto, foi evidenciado o registro admissional com o ASO em 29/06/2017. Para o funcionário Giovane Cáceres da Silveira, auxiliar de serviço florestais, foi evidenciado o registro de ASO em 13/03/2017. Na função de Líder de Silvicultura, foi evidenciado registro de periódico (ASO) para o funcionário Oreste Godoi Assunção Jr., e registro admissional em 21/08/2013, emitido pelo Dr. José Maria M. Domingues. Evidenciado registro de exame admissional (24/01/2011) e registro do exame periódico (ASO) para o funcionário João Luiz Pinto Rodrigues Ribeiro, na função de líder de manutenção predial, conforme registro emitido em 20/07/2017, pelo Dr. José Maria M. Domingues, CRM/MS – 361.

Segurança do Trabalho: Verificado o documento do Plano de Atendimento a Emergências – PO.01.12.06 (corporativo), revisão 06, de 25/07/2017, com as informações de de estrutura orgaizacional do Plano Atendimento a Emergência, caracterização das situações de emergência, equipamentos de prevenção, preparações do simulado envolvendo os técnicos de segurança do trabalho, técnico de



enfermagem e analista, técnico ou encarregado ambiental. Após o simulado a empresa elabora o relatório conforme o registro FM.01.12.06.01, com a análise crítica e pelo registro do Check list do simulado – CL.01.12.06.01;

Verificado o Cronograma para a realização dos simulados do Plano de Atendimento a emergências (PAE) 2017, contendo as informações do tipo do simulado, responsável, data de realização e status (andamento), para as atividades de administrativa, atividades de colheita e silvicultura.

Verificado registros de realização de simulados de emergência com o cenário de “incêndio em máquina com vítima”, na colheita florestal, realizado no dia 28/06/2017, com a participação de 13 pessoas. Evidenciados no relatório de simulados as informações de descrição do simulado, local, horário, pessoal envolvido, comunicação da emergência, ações de resposta a emergência, análise crítica inicial, verificação da eficácia, registros fotográficos e registros do plano de ação das melhorias.

Evidenciado os registros de simulados de emergência para os cenários de “evacuação do talhão devido a enxame de abelha”, executado no dia 28/06/2017, simulado com o cenário “Incêndio em Equipamento Florestal”, na silvicultura, executado no dia 19/07/2017, simulado de “Incêndio Florestal”, na silvicultura, executado no dia 20/06/2017.

Critério 1.3

Visitadas duas áreas de vivência nas frentes operacionais, compostas por: barraca de lona, mesa e cadeiras, banheiro, água, cal, sabão; lixeira de coleta seletiva, banheiro de campo; água potável, planilha de controle de temperatura das refeições.

Entrevistados 3 operadores de máquinas florestais, devidamente habilitados e conscientizados. Todos relataram participar dos DDS diários nas frentes operacionais.

Nas atividade de campo de silvicultura foram evidenciadas nas áreas de vivência o controle dos registros de DDS e Meio Ambiente para as equipes em operação no campo. Foi evidenciada a disposição dos contêineres de coleta seletiva, bancos, mesas, sanitário móvel com papel higiênico, vaso sanitário e pia para a lavagem das mãos. Também na área de vivência foi evidenciada a presença obrigatória da maca de primeiros socorros, colete cervical, talas, kit de primeiros socorros e mapa de risco;



Princípio 2 – Critério 2.1

Foi evidenciado o procedimento PO.05.10.02, revisão 05, 01/04/2017: Identificação e Avaliação de Aspectos e Impactos Ambientais, que é aplicado a todas as áreas de atividade, produtos e serviços da Frigg Florestal S.A.

Foi verificado a sistemática de identificação, classificação de significância dos aspectos e impactos, com evidencia da planilha com a descrição dos processos de Silvicultura, Manutenção Mecânica, Abastecimento de Máquinas, Colheita Florestal, Infraestrutura e Administração, das atividades principais do manejo florestal tais como Aplicação de Herbicidas, Roçadas, Capinas, Combate a Formiga, Colheita Florestal, Manutenção de Estradas, Transporte de Madeira, Controle de Pragas, dentro outras atividades. A metodologia aplicada foi atualizada com a equipe multidisciplinar. Evidenciado no plano de manejo florestal, ítem 7.1, tabela 5 – Aspectos ambientais.

Verificada a metodologia empregada: Identificação dos Aspectos e Impactos Ambientais, com as seguintes informações:

- Classificação: A classificação foi feita com base na incidência (direta ou indireta); Classe (adverso ou benéfico) e Situação (normal, anormal e emergência).
- Avaliação Severidade, de Frequência / Probabilidade e abrangência.
- Determinação do Nível de Significância: O Nível de Significância para cada um dos impactos ambientais é calculado através: Severidade x Frequência/ Probabilidade x Abrangência.

Critério 2.1. Aproveitamento dos resíduos da colheita florestal

Visitado, no município de Ribas do Rio Pardo, talhão 238, evidenciada a operação de trituração de resíduos florestais para liberação da área para as operações de silvicultura. Ótimo aproveitamento dos resíduos florestais. Verificado trator Catterpillar escavadeira hidráulica 320 D FM (60502) com cabeçote (desbastador) com 21 facas afiadas a cada 12 horas. Entrevistado operador .Produtividade 1,7 ha / turno.

Critério 2.2 - Plano de Manejo Florestal



Esta análise contempla os itens solicitados pela norma, tais como, justificativa da viabilidade econômica do manejo, estimativas de crescimento e produção, mapas de solo, recursos hídricos e vegetação, plano plurianual de plantio e colheita, plano de combate a incêndio, inventário florestal, monitoramentos.

Verificado o documento PM.05.06.01:Plano de Manejo Florestal. Revisão 08 18/07/2017. Evidenciado neste documento os seguintes indicadores:

- Caracterização da área (localização, clima, solos, vegetação, confrontantes), fluxograma do processo produtivo e estudo de viabilidade econômica do empreendimento.
- Construção e manutenção de estradas (malha viária), Planejamento florestal (idade de colheita entre 5,5 e 8,5 anos) e estimativas de crescimento e produção (pinus e eucaliptus)
- Mapas de ocupação e uso da terra, mapeamento de solos, vegetação e recursos hídricos.
- Planejamento de colheita e plantio plurianual
- Plano de contingência no caso de sinistros e eventos aleatórios (Plano de emergência). Evidenciado registro do ART registrada em 03/06/2016 do responsável técnico pelo plano de manejo, revisão 06.
- O item 6.2 Nutrição Florestal foi mais detalhado com o trabalho técnico Unidades de Manejo e Estratégias de Fertilização.
- Resultados de monitoramentos de flora, fauna, recursos hídricos.
- Resumo público do plano de manejo florestal de julho de 2017

Critério 2.2 – Programas de Saúde e Segurança junto a população local

Evidenciada parceria com o Instituto Lado a Lado pela Vida, que fornece todo o material de divulgação das campanhas, de saúde e segurança.

Existência de programas robustos implementados de saúde e higiene, evidenciados programa de distribuição de kits de higiene bucal para todos os colaboradores, vacinação H1N1, hepatite B, palestras sobre dengue, zika e chikungunya, alimentação saudável, combate do glaucoma, anti tabagismo, prevenção de câncer, combate do



colesterol e doenças cardíacas, AIDS, câncer da próstata, saúde ocular, e calendário anual para 2017 das campanhas mensais de saúde e higiene.

Critérios 2.1 e 2.3 - Colheita Florestal

Visitado, no município de Ribas do Rio Pardo, talhão 58. Operação sendo realizada no ultimo talhão programado para colheita. A empresa opera com 1 módulos de colheita própria. O contingente é formado por 9 pessoas. Verificado o manejo adotado no pinus: idades avançadas (32 anos), ausência de desbastes, ocasionando alta taxa de mortalidade, e fustes com bastante tortuosidade. O aspecto das áreas pós colheita apresenta alta incidência de resíduos florestais oriundo da operação colheita devido a avançada idade da floresta e a ausência de desbastes.

A composição do módulo é a seguinte:

Sistema 2 (full tree): 2 harvester, 1 feller, 1 skidder e 1 autocarregável (TMO)

Produzem portanto madeira, para energia e serraria O diâmetro mínimo dos toretes é de 4 cm e o comprimento máximo de 2,3 metros para carvão e de 12 a 25 cm (diâmetro) e comprimento entre 2,0 e 6.6 m para serraria.. O aproveitamento dos resíduos poderia ser melhor.

Visitada a área de vivência, composta por: barraca de lona, mesa e cadeiras, banheiro, água, cal, sabão; lixeira de coleta seletiva, banheiro de campo; água potável; Kit de primeiros socorros, maca, colete cervical. Evidenciado: barraca, gestão a vista, mapa dos talhões, mapa de risco, pasta de procedimentos operacionais, diálogo diário de segurança (formulário de registro), controle de temperatura de refeições, expedição de madeira por cliente. Evidenciado o micro planejamento de colheita.

Entrevistados 1 operador de harvester (60003), devidamente habilitado e conscientizado. Entrevistado também 1 operador de TMO (60021). Os operadores de harvesters, começam as 4:00 hs. Evidenciados: bacia de contenção, pó de serra, lona, sacos de lixo e luvas. Extintores, aviso sonoro e luzes dos equipamentos em ordem. Preenchem os seguintes relatórios diários: inspeção diária (checklist) e boletim de colheita.

As estradas internas se encontram em boas condições de tráfego. A área de colheita se encontra sinalizada e com mapa disponível. Verificada alta presença de formigueiros na área em manejo.



O Harvester faz a derrubada, desgalhamento e processamento da tora de madeira; O trator TMO (alto carregável) faz o baldeio da madeira e carrega o caminhão. Após o carregamento, o caminhão carregado é pesado e medido na saída da fazenda e emitida a Nota Fiscal. Evidenciados boletins diários de produção e checklist (inspeção diária) das máquinas florestais Todos os entrevistados declararam participar do DDS. Atestaram também a boa impressão apresentada pela FRIGG Florestal, e declararam ainda trabalharem muito motivados.

Atualmente carregam apenas 11 viagens / dia. Esta operação será paralisada no final deste talhão.

Critérios 2.1 e 2.3 Manutenção de estradas

Visitado, no município de Ribas do Rio Pardo, talhão 238. Operação sendo realizada por trator de esteiras D6K. Módulo composto por: 3 retro escavadeiras, 1 moto niveladora e 1 trator de esteiras D6K. Desenvolvido mapa de suscetibilidade com identificação de áreas críticas para processos erosivos e assoreamento. Sistema implantado no GIS com classes de suscetibilidade à erosão.

Critério 2.4 - Fluxo do produto florestal

Verificado o procedimento operacional Colheita PO.05.19.01, revisão 07, 29/06/2017: A madeira é medida e pesada na saída da fazenda e os dados registrados no “boletim de transporte de madeira” a partir do qual é emitida a Nota Fiscal. Evidenciado Controle de Chegada de Veículos – Expedição de Madeira, Controle de Carregamento por Veículo – Expedição de Madeira, Preenchimento de Trânsito de Veículos – Expedição de Madeira, Controle de Sequência de carregamento; Boletim de Transporte de Madeira (BTM/Romaneio); Check-List de Segurança, Termo de Segurança de Irregularidade. Planilha de controle de saldo e estoque por cliente, Planilha de Controle de Produção de Colheita.Documentação evidenciada na fazenda. Balança rodoviária devidamente aferida.

Princípio 3 – Critério 3.1

Em conformidade com as informações apresentadas no Plano de Manejo Florestal da Frigg, versão 8, de 2017, a empresa não possui estrutura própria para o



desenvolvimento de melhoramento genético. As compras das mudas clonais ou seminais de eucalipto e pinus e as escolhas dos materiais genéticos são realizadas através de demanda de mercado e identificação dos materiais adaptados à região onde serão estabelecidas as florestas. As espécies atuais que estão sendo utilizadas nos plantios são as espécies: *Eucalyptus grandis*, *Eucalyptus saligna*, *Eucalyptus urophylla* e híbridos entre *E. grandis* e *E. urophylla*. O *Pinus* também vem sendo plantado, porém em menor escala, sendo utilizados os materiais seminais: *Pinus caribaea* var. *hondurensis* e o híbrido entre *Pinus elliottii* var. *elliottii* e *Pinus caribaea* var. *hondurensis*. A empresa não faz uso de OGM (Organismo Geneticamente Modificado).

Para as evidências do critério 3.1 – foi verificado que a organização utilizou o fornecedor de mudas da empresa Brotale Florestal Viveiro de Mudas LTDA, com inscrição no RENASEM nº MG-00641/2005, e registro do responsável técnico CREA 93090-MG, com registro no RENASEM MG-09696/2014, 10 clones diferentes de eucalipto conforme o registro do processo nº 21028.007990/2005-91. Para a espécie de *Pinus*, foi evidenciado registro dos clones 00155, *Pinus taeda* L e clone 05452, *Pinus elliottii* Engelm, do produto de mudas Metalúrgica e Viveiro Dacko LTDA, código inscrição no RENASEM nº RS-01485/2007, registro do CREA nº 78476, para o responsável técnico.

Princípio 3 – Critério 3.2

Para esse item a organização dispõe do conhecimento florestal através do soft de gestão SFG – Sistema de Gestão Florestal e da sistemática de geoprocessamento GIS. Evidenciado que a organização utiliza técnicas cartografia, das dimensões e da caracterização do uso do solo. Através dos resultados obtidos pelo mapeamento, que são armazenados em banco de dados geográficos e com o uso de GIS (Geographic Information System - Sistema de Informações Geográficas) é possível elaborar as análises geográficas necessárias para as atividades de planejamento, silvicultura, colheita, meio ambiente e outros.

Evidenciado as atividades do cadastro florestal da organização do sistema SGF, que reúne todas as informações possíveis referentes às áreas de cultivo e demais usos do



solo, unificando as informações cartográficas, de inventário florestal e outras fontes de dados.

Evidenciado que a organização estabelece atividade de acompanhamento da nutrição florestal como forma de racionalizar os recursos. Conforme o plano de manejo, e com base em prescrições de fertilização elaboradas por especialistas e em experimentos realizados na fazenda Pantano, a Frigg utiliza um pacote de fertilização que atende as exigências nutricionais, baseando-se na relação custo benefício e buscando implantar florestas de alto crescimento com o menor custo de insumos possível.

Princípio 3 – Critério 3.3

Para o manejo de pragas e doenças foi evidenciado que a organização estabeleceu o procedimento operacional PO.05.18.10_ Monitoramento e Controle de Insetos, Pragas e Doenças. Evidenciado atividades de campo de combate a formiga, conforme as informações de ordem de serviço, Atividade de combate à Formiga, no Talhão 107, com 48,00 hectares, com grau de infestação alto. Verificado a aplicação do formicida AttaMex - S, Sulfonamida fluorada, de acordo com a dosagem indicada no receituário agrônomo 3192, 3166 3 3191, emitidos nos dias 10/07/2017, 03/07/2017 e 10/07/2017, respectivamente. Verificado controle de registro da FISPQ do AttaMex-S, e respectiva Ficha de Emergência.

De acordo com as informações locais e pela experiência da organização na Fazenda Pantano, até hoje nos plantios da Frigg Florestal, houve apenas o ataque de formigas cortadeiras, cupins, besouro desfolhador (*Costalimaita ferruginea*), psilideo-de-concha e vespa-da-galha, todos em baixo ou baixíssimo grau de severidade, sem danos econômicos. Já o Pinus pode sofrer com a incidência da vespa da madeira, formigas e até mesmo animais roedores, porém até o presente momento os plantios da empresa não tiveram nenhuma ocorrência, exceto por ataque de formigas.

Princípio 3 – Critério 3.4

Monitoramento Ambiental: Verificado 6º Relatório de Monitoramento de Fauna e Flora, emitido em Julho de 2016, da Fazenda Pantano, executado pela empresa de consultoria contratada Biolaqua Ambiental. Este relatório de monitoramento apresenta as informações da vegetação (com a florística e estrutura fitossociológica),



monitoramento da avifauna e mastofauna. A organização estabeleceu o levantamento da vegetação em 4 remanescentes florestais nativos, 3 áreas de plantios de pinus e 3 áreas de plantio de eucalipto, totalizando 10 áreas. As espécies de campo foram identificadas até o menor nível taxonômico possível utilizando conhecimento dos consultores e bibliografia especializada em flora, como também a utilização de chaves e manuais de botânica sistemática. Foi elaborada uma planilha de presença e ausência para possibilitar o cálculo de similaridade utilizando o índice de Jaccard. Foi evidenciado os resultados do levantamento da flora com dados na forma de dendrograma com a utilização do soft Biodiversity Pro. Os dados obtidos registraram 136 espécies vegetais na Fazenda Pantano, considerando as duas campanhas de levantamento e as 6 campanhas anteriores. Os resultados obtidos mostram que o cerrado é a vegetação mais rica com o registro de 101 espécies, seguida da plantação de pinus com 46 espécies registradas e 35 para eucalipto.

Para a checagem de espécies ameaçadas de extinção o relatório apontou apenas a espécie de cumbaru (*Dipterix alata*), que consta na listagem global da IUCN 2012 como “vulnerável”. O Pequi (*Caryocar brasiliense*) não está inserida em categoria de ameaçada de extinção, mas merece destaque segundo o relatório, pois a legislação federal (Portaria Federal nº 54 de 05/03/1987, antigo IBDF, agora IBAMA) impede o seu corte e comercialização da sua madeira em todo o território nacional.

O relatório do 6º monitoramento da flora de 2016 conclui afirmando que a Fazenda Pantano possui vários remanescentes florestais de cerrado e cerradão que estão em estágio avançado de regeneração, em bom estado de conservação, com banco de sementes, elevados número de regenerantes no sub-bosque e acúmulo de serapilheira. O relatório também apresenta a informação de que a maioria dos fragmentos florestais apresenta a espécie exótica braquiária e profusão de trepadeiras, que embora possam contribuir em termos de riqueza vegetal e sirvam de recursos para diferentes grupos de animais, podem competir e interferir a regeneração natural das árvores, além de interferir na sua simetria de crescimento e taxas de mortalidade. O referido relatório recomenda que a organização mantenha o monitoramento dos fragmentos florestais através da avaliação fitossociológica, utilizando o método de parcelas permanentes, para checar possíveis mudanças em frequência, dominância, densidade e valor de importância. Até o presente momento (2016), o referido monitoramento ambiental apresenta informações de que as



modificações verificadas na estrutura da flora não podem ser atribuídas às atividades do manejo florestal da Frigg.

Para os resultados do monitoramento da Fauna, o 6º relatório de 2016 apresenta os dados de monitoramento da avifauna (grupos de aves) e mastofauna (grupos de mamíferos) nas áreas de influência da Fazenda Pantano em 10 estações de amostragem que cobrem as principais fisionomias de vegetação natural e antrópicas de inventário de Fauna e Flora. Os dados levantados na última expedição, realizada durante cinco dias consecutivos nos meses de março e julho de 2016, concentrados no período da manhã (06:00 – 10:00) e fim da tarde (16:00 - 19:00). Os levantamentos contemplaram regiões diferentes da Fazenda Pantano, respectivamente na região Norte e Sul desta. Os resultados obtidos nas 6 campanhas realizadas apresentam dados de 300 espécies de aves. Este valor obtido representa 34% da riqueza de aves já registradas no Cerrado de acordo com a literatura científica. Nas 6 campanhas da avifauna foram obtidos 2927 registros de 166 espécies de aves. Como considerações finais o relatório recomenda a conexão da paisagem entre os remanescentes florestais e manutenção de parte dos sub-bosques dos plantios comerciais de pinus e eucaliptos.

Para o monitoramento da mastofauna, o relatório do 6º monitoramento obteve o registro de 30 espécies de mamíferos de médio e grande porte, distribuídas em nove ordens e 16 famílias, em 10 pontos de amostragem. Este número representa 65% do total da fauna de mamíferos de médio e grande porte para o estado de Mato Grosso do Sul. Entre as espécies registradas nove foram consideradas ameaçadas de extinção, Tatu-canastra, Tamanduá-bandeira, Jaguaririca, Gato do Mato pequeno, Onça-parda, Lobo-guará, Anta, Cervo-do-Pantanal e Queixada. Como conclusão, os resultados apresentados no relatório cita que a Fazenda Pantano mantém uma fauna rica de mamíferos de médio e grande porte, principalmente em suas áreas de cerrado ou ambientes de cerrado em contato com as plantações comerciais. O relatório recomenda a manutenção das grandes áreas de remanescentes para a conservação da riqueza da mastofauna.

Princípio 3 – Critério 3.5



Foi evidenciado nos procedimentos operacionais de silvicultura e da operação de colheita florestal as informações sobre a existência de mapas e croquis que indicam as áreas de preservação permanente de acordo com a legislação.

Evidenciado as informações no sistema SGF as áreas que indicam as áreas de preservação permanente, reserva legal e áreas confrontantes dos vizinhos. A organização mantém os procedimentos operacionais de Implantação e Reforma Florestal, o procedimento de (PO.05.18.06) Manutenção Florestal e o procedimento (PO.05.18.10) Monitoramento e Controle de Insetos, Pragas e Doenças.

Princípio 3 – Critério 3.6

Evidenciado nas atividades campo, com as amostragens nos processos de silvicultura com aplicação de herbicida, combate à formiga e controle de brotação para a condução de plantio de eucalipto as sinalizações adequadas e medidas de advertência conforme os requisitos normativos. A organização possui uma equipe de vigilância florestal, responsável por verificar a ocorrência de desvios da sua política ambiental e florestal, bem como o alerta de pragas e doenças.

Princípio 4 - critério 4.1.

No princípio 4, o manejo florestal e o programa de desenvolvimento tecnológico devem prever e adotar técnicas que considerem a conservação do solo, dos recursos hídricos e do ar. Os critérios e indicadores de 3.4.1 a 3.4.4 devem ser contemplados.

Critério 4.1.

Foi evidenciado no plano de manejo florestal as informações gerenciais que a organização utiliza para a caracterização do solo e dos recursos hídricos. Todas as informações estão inseridas no SGF, Sistema de Gestão Florestal, e na base de dados do G.I.S. As áreas de importância ambiental, malha viária e áreas de plantio são verificadas no SGF e o planejamento florestal é feito com base nessas informações.



Foram evidenciados os procedimentos operacionais para as atividades de silvicultura, conforme listados abaixo, em conformidade com as informações apresentadas no plano de manejo florestal. Evidenciados os procedimentos:

- PO.05.18.03_ Preparo de Solo
- PO.05.18.05_ Implantação e Reforma Florestal
- PO.05.18.06_ Manutenção Florestal
- PO.05.18.09_ Condução da Brotação
- PO.05.18.10_ Monitoramento e Controle de Insetos, Pragas e Doenças

Critério 4.2.

Evidenciado o monitoramento de recursos hídricos: Verificado o Relatório Ambiental nº 07, do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Comunidades Aquáticas, desenvolvido em conjunto com a empresa de consultoria BioLaqua – ambiental, emitido em agosto de 2016. Este relatório apresenta as informações do programa de monitoramento da qualidade das águas superficiais e das comunidades aquáticas com os resultados das últimas 7 campanhas desde agosto de 2013 até 17 de agosto de 2016 (período seco). Os principais corpos d'águas amostrados foram o Córrego Saltinho, Ribeirão Patano, Ribeirão da Lontra, Córrego Lageado e áreas de nascentes e várzeas.

Verificado o mapa de localização dos pontos de amostragem, contendo os ID's dos pontos de monitoramento de recursos hídricos (MRH01 a MRH10), com as coordenadas georeferenciadas em UTM. O relatório apresenta informações de qualidade de água de acordo com o IQA, índice de qualidade de águas, conforme Cetesb 2009. Os laudos de análises apresentam as informações de comparação de acordo com o Resolução Conama 357, artigo 15, de 17/03/2005 – Padrão para águas classe 2. Como conclusão, o relatório evidenciou que os corpos monitorados no referido programa de monitoramento para águas classe 2 em 7 campanhas, resultados de IQA (índice de qualidade de água – padrão Cetesb), com qualidade boa e ótima. Para o índice IET (Cetesb) os pontos de uma forma geral foram classificados como oligotróficos. Contudo, em algumas campanhas foram observados ambientes com características mesotróficas e eutróficas. O aumento nesta classificação pode ter sido



influenciada pelo escoamento superficial que carrega os nutrientes e matéria orgânica para os cursos hídricos.

Para o monitoramento das comunidades aquáticas, a organização apresentou no 7º relatório de agosto de 2016 os dados utilizando os grupos de Plâncton (Zoo e Fito) e macro invertebrados bentônicos (bentos). Nesses grupos, foram aplicados os índices de diversidade de Shannon-Wiener e índice do Biological Monitoring Working Party (BMWP) adaptado, que podem classificar a qualidade de água desde a classe 1 (excelente, com faixa do score acima de 81) até a classe 5, classificado como péssima (faixa do score <25). O relatório na sua conclusão aponta que a qualidade de água considerando todas as campanhas foram classificadas como “regular” a “péssima”, com níveis moderadamente altos de matéria orgânica a muito altos de acordo com os índices BMWP e ASPT respectivamente. O relatório também apresenta a informação de que esses resultados são típicos desses ambientes de rios de pequena ordem, com sistemas com pouca capacidade de desenvolver uma comunidade verdadeiramente planctônica. Segundo o relatório, a comunidade zoobentônica ao longo das 7 coletas também apresentou baixa densidade e riqueza, além de apresentar os índices de qualidade de água muito baixo e indicando poluição orgânica, mas não corrobora com os dados de qualidade de água físico-químico. De acordo com os dados apresentados na conclusão do relatório de monitoramento da qualidade de água e monitoramento das comunidades aquáticas, de agosto de 2013 a agosto de 2016, conclui-se que as atividades de manejo florestal de eucaliptos e pinus na Fazenda Pantano não estão deteriorando a qualidade dos recursos hídricos na área de influência do empreendimento.

Monitoramento dos poços para água de consumo humano. Verificado a instrução de trabalho IT.05.10.02 – Gestão da Potabilidade, revisão 02. Foram evidenciados o controle mensal de monitoramento de qualidade de água para consumo humano, considerando os parâmetros de Coliformes Totais e Coliformes Termotolerantes, com os locais de amostragem no poço do alojamento (3 pontos de consumo), poço escritório (3 pontos de consumo) e poço guarita (com 3 pontos de consumo). Para os poços principais foram evidenciados registros de boletim de análises de água com os dados de: temperatura da amostra e do ambiente, cor aparente, pH, turbidez e coliformes totais e Escherichia coli, de acordo com a portaria MS 2914/11 – Ministério da Saúde. Verificado registro do Laudo nº 072865/2017-0, Resultado de Análises do



mês de julho do ponto de amostragem, torneira da pia da cozinha da escola, com os resultados de coliformes totais e *Eschechia coli* dentro dos parâmetros conformes.

Verificado os registros de acompanhamento mensal do programa de gestão de resíduos sólidos, considerando resíduos Classe I, Classe IIA, desde 2012 a maio de 2017. Em 2017 foram evidenciados os registros de certificado de transporte de resíduos sólidos contaminados conforme o certificado 7648, certificado MS Ambiental 7665 e Certificado MS Ambiental 7708, sendo este último realizado em 17/05/2017.

PRINCÍPIO 4 – Critério 4.3

Para os agrotóxicos, a organização dispõe de um local apropriado de armazenamento situado na Fazenda Pantano, com sinalização de acordo com a legislação e restrição de acesso. Foram evidenciados o controle dos registros de receituário agrônômico, fichas de emergência e FISPQ's, com todos situados no local de armazenamento.

Na área de Depósito dos Adubos e Depósitos dos Agrotóxicos, foi evidenciado a conformidade ambiental de acordo o procedimento operacional – Gerenciamento de Resíduos, código PO.05.10.01, revisão 02, de 01/04/2017, que estabelece procedimentos para a coleta, o armazenamento temporário e destinação adequada dos resíduos, visando minimizar os impactos ambientais. Foi evidenciado o controle das condições de armazenamento, com sinalização de restrição de acesso e avisos dos riscos de saúde e ambiental, estando ambos em condições adequadas de operação e instalações. Para ambos os depósitos foram evidenciados os registros de controle de estoque, controle das fichas de emergência e FISPQ

Na atividade de Silvicultura, foi verificado a aplicação de herbicida, com amostragem no talhão 0133, com área total de 49,97 hectares. Verificado ordem de serviço para a aplicação de herbicida pós-emergente com barra protegida (conceição) na entre-linha, com Scout (Glifosato), na dosagem de 2,0Kg/ha, em plantios de *Pinus sp.* Evidenciado registro do receituário agrônômico para o herbicida Scout conforme a NF 105887, nº da receita 8301, de 17/01/2016 e ART do responsável técnico 20164452852. Evidenciado conformidade da área de vivência em relação a NR31, com kit de emergência, maca de primeiros socorros, kit de coleta seletiva, disposição dos registros de FISPQ, registros de DDS e ginástica laboral, mapa de risco, disposição de



área coberta, banheiro e lavatório.

Verificado o controle de registro de temperatura das refeições servidas no campo, com evidência de temperatura média de 60,3°C.

Verificado registro de conformidade de máscara de proteção para a preparação da calda de herbicida, CA 4115, marca 3M 6001. Verificado registro de controle de entrega de EPI's para os funcionários Regis Caceres - Tratorista e Edson Primo, também tratorista.

PRINCÍPIO 4 – Critério 4.4

Na atividade de Silvicultura no talhão 0133, com área total de 49,97 hectares, foi evidenciado o controle do registro de Check list de inspeção diária dos equipamentos Máquinas agrícola - Trator de Pneu, nº 60.030, Valtra A850, com horímetro 3270,3 horas. Evidenciado registro de check list de inspeção diária do equipamento Trator de Pneu, nº 60.033, com horímetro 3341,8 horas, e registro de inspeção de conformidade do extintor de incêndio com validade até 27/07/2018;

Para a atividade de combate à Formiga, foi realizada uma amostragem no Talhão 107, com 48,00 hectares, com grau de infestação alto. Foi evidenciado a aplicação do formicida AttaMex - S, Sulfonamida fluorada, de acordo com a dosagem indicada no receituário agrônomo 3192, 3166 3 3191, emitidos nos dias 10/07/2017, 03/07/2017 e 10/07/2017, respectivamente. Verificado controle de registro da FISPQ do AttaMex-S, e respectiva Ficha de Emergência. Foi evidenciado o registro do mapa de risco da atividade de combate à formiga, de acordo com a Ordem de Serviço - OS, nº 269, de 02/08/2017. Verificado registro de aferição das bombatas com 10% de variação para a aplicação de 10 g por bombada;

PRINCÍPIO 5 – Critério 5.1

Critério 5.1- Projetos sociais

A FRIGG realiza ações que incentivam o desenvolvimento de empreendimentos locais: fornecimento de refeições (Via Brasil Prestadora de Serviços); emplacamento



dos veículos em Ribas do Rio Pardo; manutenção na estrada municipal de acesso à fazenda. A empresa conta com telefone 0800 para recebimento de consultas e reclamações que é divulgado no resumo do plano de manejo.

A FRIGG, visando o bem estar de seus prestadores de serviços (caminhoneiros), construiu em 2013, a casa do motorista, evidenciado na área de paisagem de madeira na fazenda Pantano área de descanso e lazer composta por: bancos, banheiros, água potável e tv.

Todos os projetos sociais são recentes, sendo que a maioria começou em 2013.

Educação Infantil

É mantida na fazenda Pantano em Ribas do Rio Pardo, escola de ensino municipal fundamental, em parceria com a prefeitura de Ribas do Rio Pardo que disponibiliza dois professores, alimentação, transporte dos alunos, material escolar e limpeza. Esta iniciativa beneficia 24 alunos do 1ª ao 9ª ano do ensino fundamental, residentes na fazenda e no entorno. O custo deste projeto é baixo (R\$2.500,00/ano).

Assistência Médica

Mensalmente a FRIGG disponibiliza médico do trabalho para prestar assistência médica para os funcionários da fazenda Pantano e áreas próximas. São realizados, atendimentos de clínico geral e atendimentos periódicos, evidenciado cronograma para 2017. Custo anual: R\$ 18.500,00 por ano.

Assistência Odontológica

Mensalmente a FRIGG disponibilizar assistência odontológica básica aos funcionários e moradores da região da fazenda Pantano. São prestados atendimentos básicos: pequenas cirurgias, tratamento de cáries, limpezas e encaminhamentos. Custo anual: R\$ 18.500,00 por ano.

Educação Ambiental Projeto Datas Ecológicas

Projeto de educação e conscientização ambiental dos colaboradores e comunidades vizinhas, mensalmente as datas ambientais identificadas no calendário de datas comemorativas do Meio Ambiente disponibilizada pelo Ministério de Meio Ambiente, são apresentadas em forma de palestras de sensibilização. Evidenciado o relatório de



Educação Ambiental – Datas Ecológicas e treinamentos ambientais já ocorridos em 2017: dia mundial da água, dia mundial da terra, dia da árvore, semana do meio ambiente e dia de proteção da floresta. Custo estimado em R\$ 1000,00.

Projeto Reciclagem

Existe desde 2012, tem como objetivo a conscientização dos colaboradores sobre a coleta seletiva e a destinação correta de resíduos. É realizada a coleta seletiva e doação dos resíduos recicláveis para associações de catadores de resíduos recicláveis. São enviados apenas resíduos recicláveis sem nenhum tipo de contaminação que podem vir causar risco aos catadores. Os resíduos devem estar ensacados e pesados para controle e posteriormente ser os dados incorporados no Plano de Gestão de Resíduos Sólidos - PGRS.

Após a destinação, a associação beneficiada, deve emitir certificado de recebimento, onde o mesmo deve ser arquivado na empresa para comprovação de destinação correta de resíduos. Custos: R\$ 500,00, referente ao transporte de resíduos.

Projeto Avistamento de Animais Silvestres

Identificar e realizar o registro fotográfico de animais silvestres envolvendo os colaboradores na conscientização sobre proteção da fauna.

Os colaboradores realizam os registros fotográficos e enviam para a área de Meio Ambiente. Mensalmente é selecionada a melhor foto. Anualmente, a melhor foto é premiada. São confeccionadas camisetas com as melhores fotos do ano. Custo anual: R\$ 700,00.

Outros projetos evidenciados:

- Natal Solidário
- Atitude Pelo Planeta
- Economia Familiar
- Parceria Semeando
- Programa na Mão Certa
- Campanha do Agasalho



Foi evidenciado no plano de manejo a planilha de aspectos e impactos socioeconômicos.

Critério 5.2 - Comunicação com partes interessadas

Foram entrevistados 2 representantes das partes interessadas locais. Um deles foi o analista ambiental do IMASUL – Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. O outro foi o Diretor Executivo do REFLORE – Associação Sul-Mato-Matogrossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas. Ambos relataram o ótimo relacionamento existente com a FRIGG Florestal.

A FRIGG optou por atuar com baixa divulgação. Não possui website.

Evidenciados: o plano de manejo, o plano de manejo resumido e o Informativo Florestal, INFLOR n. 40, com tiragem trimestral de 500 unidades. Evidenciadas diversas edições do plano de manejo, sendo que a atual está na oitava edição.

Para a reunião pública em Ribas do Rio Pardo dia 02/08/17, foram realizadas as seguintes ações: divulgação na rádio local, envio de emails (mailing com 54 participantes). A empresa tomou todas as providências necessárias para divulgação e disponibilizou a infra estrutura para o evento. Não houve reunião pública devido a ausência de participantes.

3.5.3. Lista de pessoal auditado durante toda a auditoria:

Filipe Pacetta – coordenador regional de operações

Cristiane Madureira de Melo – coordenadora de certificação

Dito Mário Lázaro – REFLORE MS

Adriana Guerreiro Bianchini – técnica de enfermagem do trabalho

Leandro Camilo – IMASUL

Danilo Augusto – operador de harvester

João Paulo Coene – supervisor de colheita

Felipe Gomes – líder de colheita



Luciano Brito – operador TMO

Andre Dias – operador de maquinas

Fabricia Pessoa - Analista Patrimonial.

Gisele de Oliveira – Coordenadora de RH.

Luiz Carlos Iaquina Filho – Gestor de Certificação e Meio Ambiente;

André Luiz Tiburcio – Coordenador de Saúde e Segurança;

Elieser Santana – Gerente Nacional de Operações;

Fernando Campos – Analista de Meio Ambiente e Certificação;

Oreste Godoi Assunção Jr. - Líder de Silvicultura;

Alex Sandro da Cruz Xavier - Motorista de Caminhão Pipa;

Régis Caceres - Tratorista;

Edson Primo de Araújo - Tratorista;

Nicolas Zuber - Supervisor

Ailton Talaveira - Líder de Silvicultura;

Idomênio Miguel - Operador de Trator;

João Luiz Pinto Rodrigues Ribeiro - Líder Patrimonial;

Sydney Barbosa - Líder de Manutenção Mecânica;

3.6 Não Conformidades Registradas

Durante a auditoria não foi registrada nenhuma não conformidade.

3.7. Oportunidades de Melhoria e Observações Registradas

Durante a auditoria não foi registrada nenhuma observação (OBS). Na amostragem realizada apenas 02 (duas) oportunidades de melhoria (OM) foram registradas. Estas duas OM's devem ser analisadas com foco em melhoria contínua dos processos realizados pela empresa no âmbito do CERFLOR.



OM 01	Processo: Plano de Manejo Florestal
Critério 2.2 Melhorar a descrição de alternativas estratégicas para o acesso a propriedade e fluxo de transporte alternativo no plano de manejo.	

OM 02	Processo: Plano de Manejo Florestal
Critério 2.3 Embora tenham sido implantados os piquetes de identificação dos talhões, inserir a descrição no procedimento de identificação visual.	

4. CONSULTAS PÚBLICAS

4.1. Consulta aos órgãos públicos

Durante a auditoria foram consultados dois órgãos públicos a seguir:

- IMASUL – Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, tendo sido entrevistado o analista ambiental, Sr. Leandro Camilo.
- REFLORE – Associação Sul-Mato-Matogrossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas, tendo sido entrevistado o Sr. Dito Mário Lázaro.

Ambos os entrevistados relataram o ótimo relacionamento existente com a FRIGG Florestal.

4.2. Reuniões Públicas

4.2.1. Planejamento, Objetivo e Realização de Reuniões Públicas

Durante o processo de divulgação das reuniões públicas o Bureau Veritas Certification distribuiu um questionário de Consulta Pública que tem como objetivo levantar dados e informações oriundas de pessoas e organizações da sociedade civil para o processo de certificação do CERFLOR. Este questionário permite a pessoas físicas e jurídicas



se pronunciarem a respeito da empresa de forma anônima. Por este motivo não estaremos divulgando a procedência dos formulários recebidos.

Do total de convites enviados por correio e correios eletrônicos, o Bureau Veritas Certification não recebeu nenhum formulário preenchido. Observamos que o envio destes formulários é uma das formas de se expressar em relação ao desempenho da empresa, não sendo a única fonte de informações para a equipe auditora.

O objetivo das reuniões públicas foi identificar questionamentos, recomendações, denúncias e comentários das partes interessadas, referentes aos princípios do CERFLOR que foram objeto de avaliação no processo de certificação. As demandas pertinentes a respeito da empresa auditada foram registradas. As respostas foram avaliadas quanto ao seu conteúdo e verificadas durante a auditoria pela Equipe Auditora.

É importante deixar claro que as reuniões públicas não contaram com a participação ativa de funcionários da empresa auditada. As reuniões públicas são conduzidas pela equipe de auditoria do BVC e buscam evidenciar, sob o ponto de vista das partes interessadas, os aspectos positivos e negativos do manejo florestal da empresa frente ao CERFLOR.

Foi organizada uma reunião de consulta pública no município descrito abaixo:

Município	Data	Horário	No. Pessoas
Ribas do Rio Pardo (MS) – Local: Centro Educacional Rosa Mosso.	03/08/2017	16:00hs	0
TOTAL DE PARTICIPANTES			0

Não houve questionamentos, recomendações, denúncias e comentários das partes interessadas referentes às áreas em processo de certificação durante a reunião pública em função do não comparecimento de nenhuma pessoa voluntária, parte interessada legalmente constituída e representante de órgão público.



4.2.2. Entidades e pessoas contatadas

A lista completa das partes interessadas contatadas durante o processo de certificação está mantida como registro no BVC e não foi inserida neste relatório, mas pode ser disponibilizada mediante solicitação.

4.2.3. Relação dos Participantes nas Reuniões Públicas

Não houve registros de participantes na reunião pública.

4.2.4. Respostas aos Questionamentos de Partes Interessadas por parte da Empresa e parecer Bureau Veritas Certification.

Não houve registro de respostas aos questionamentos das partes interessadas.

4.2.4.1. Reunião Pública – Município Ribas do Rio Pardo – MS.

Partes Interessadas			Assunto	Respostas	
N°	Data	Comentários/Questões			BVC

5. CONCLUSÃO

Nesta auditoria de recertificação da Norma ABNT NBR 14789:2012, verifica-se que a organização FRIGG FLORESTAL S.A. possui condições e capacidade de continuar com o processo de certificação. Deve-se aqui considerar que toda auditoria tem um caráter amostral e que é a própria organização a responsável direta pela condução e gestão do seu manejo florestal sustentável. Na amostragem realizada, não houve registro de nenhuma não conformidade.



Vale lembrar que não foi possível avaliar com detalhe todas as operações a serem realizadas, uma vez que as atividades de colheita e silvicultura dependem de fatores climáticos para serem programadas e da idade comercial dos plantios.

A reunião de consulta pública foi programada, mas não houve a participação do público convidado e nem de pessoas voluntárias. Essa situação foi um ponto negativo neste processo de recertificação. Em função deste acontecimento, não foi possível obter informações sobre os comentários e percepções das partes interessadas que poderiam ser levadas em conta pela nossa equipe de auditores. Outro ponto negativo se destaca nas atividades florestais da Frigg, que é a alta incidência de formigueiros nas áreas florestais do manejo, situação essa que exige constantes esforços das equipes de coordenação de silvicultura no controle de pragas.

Como pontos positivos da FRIGG FLORESTAL S.A., destacam-se a gestão de documentos e do atendimento legal, a racionalização e objetividade dos controles e os procedimentos operacionais condensados, a Planilha de Aspectos e Impactos Ambientais, o Plano de Manejo Florestal, as informações desenvolvida no GIS, com o mapa de classes de suscetibilidade com identificação de áreas críticas para processos erosivos e assoreamento, o programa implementado de saúde e higiene abrangente e robusto aos trabalhadores e comunidade e o bom aproveitamento dos resíduos florestais evidenciado na operação trituração de resíduos.

O BUREAU VERITAS CERTIFICATION, seguindo os procedimentos de auditoria do CERFLOR, é favorável a recomendação para certificação da empresa Frigg Florestal S.A., de acordo com o padrão normativo ABNT NBR 14789:2012.

A continuidade do processo de auditoria consiste na disponibilização deste Relatório de Auditoria para apreciação pública por 30 (trinta) dias.

7. ANEXOS

7.1. ANEXO I: Carta Convite de Reunião Pública e Questionário enviado às partes interessadas;

7.2. ANEXO II: Pareceres de revisores técnicos

7.3. ANEXO III: Outros documentos pertinentes